

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO VOTO COMO
EXERCÍCIO DA CIDADANIA E DA DEMOCRACIA**

**THE SOCIAL REPRESENTATION OF VOTING AS AN EXERCISE OF CITIZENSHIP
AND DEMOCRACY**

Cinthyia Amaral Santos

Doutora em Psicologia, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, pelo Centro Universitário de Anápolis. Especialista em Direito Constitucional e Eleitoral (UCG) e Docência Universitária (UCG). Graduada em Direito (UniEVANGÉLICA – 1997). Professora efetiva do curso de Direito da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Palmeiras de Goiás

Humberto César Machado

Pós-Doutor em Psicologia, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), 2016. Doutor em Psicologia, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC GO (2013); Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), 2006. Especialista em História, pela Universidade Federal de Goiás (UFG), 2002. Graduado em Filosofia, pela Universidade Federal de Goiás, 1996. Graduado em Pedagogia, pela ISCECAP, 2018. Graduado em Letras, pela FAFIBE, 2019. Membro do Comitê de Ética e Pesquisa e professor titular do Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan). Professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO).

João Felipe Fleury

Doutorando em Direito, pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Mestre em Direito Constitucional, pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP). Especialista em Direito Civil e Processo Civil, com habilitação para Docência Universitária. Especialista em Direito Penal. Bacharel em Direito. Docente Permanente no Curso de Direito da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Assessor Jurídico de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Analista Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Advogado licenciado dos quadros da OAB

RESUMO

Estudar sobre a representação do exercício do voto, como símbolo da cidadania e da democracia é o tema proposto para este artigo científico, resultado de um projeto de pesquisa realizado na Universidade Estadual de Goiás, englobado pelo Macroprojeto da autora, intitulado "Constituição, Direito Fundamental e Representação Social". Foi realizado um estudo bibliográfico sobre os conceitos de democracia, cidadania e a teoria da Representação Social, na primeira parte do estudo, sendo depois realizada a análise dos resultados gráficos, pelo programa Iramuteq. O objetivo geral referente à análise representacional do voto como exercício da cidadania foi alcançado, e os resultados esperados delimitaram que a população com direito a voto exige respeito, igualdade, dignidade, segurança para a escolha de seus representantes. A metodologia de estudo, além do estudo bibliográfico, foi a pesquisa de campo, realizada mediante questionários, utilizando-se do sistema Microsoft Forms, em que foram feitas duas perguntas de evocação, com as palavras "Cidadania" e "Eleição e Democracia", além de uma pergunta subjetiva em que se questionou para o eleitor "o que para ele é exercer o direito de voto no Brasil". Após a coleta das respostas, os dados foram tratados no sistema Iramuteq, gerando gráficos e tabelas, que deram ao estudo uma possível representação social, no sentido de que para o cidadão brasileiro, o exercício do voto é um direito fundamental, utilizado para a escolha dos representantes nas esferas de governo, mas que deve se pautar em respeito, igualdade, durante o processo de votação, evitando-se assim o caos, bagunça e a falta de segurança durante o processo eleitoral. Foi um estudo promissor, que se justifica pela atualidade do tema, em torno da descoberta da representatividade idealizada pelo povo em relação à democracia e o exercício dela por meio do voto.

Palavras-chave: Representatividade. Eleição. Voto. Democracia.

ABSTRACT

This article aims to study the representation of voting as a symbol of citizenship and democracy. This scientific article is the result of a research project conducted at the State University of Goiás, as part of the author's broader project titled "Constitution, Fundamental Rights, and Social Representation." The study begins with a bibliographic review of the concepts of democracy, citizenship, and the theory of Social Representation. Subsequently, it analyzes graphical results using the Iramuteq software. The general objective of analyzing the representational view of voting as an exercise of citizenship was achieved. The expected results indicated that the voting population demands respect, equality, dignity, and security in choo-

sing their representatives. The methodology included both a bibliographic study and field research, conducted through questionnaires using Microsoft Forms. Two evocative questions were posed with the words “Citizenship” and “Election and Democracy,” along with a subjective question asking voters “what exercising the right to vote in Brazil means to them.” After collecting responses, the data were processed using Iramuteq, generating graphs and tables that suggested a possible social representation. For Brazilian citizens, voting is a fundamental right used to choose representatives across government levels. This process should be guided by respect and equality to avoid chaos, disorder, and lack of security during elections. This study is significant due to its timely exploration of the public’s idealized representation of democracy and its exercise through voting.

Keywords: Representativeness. Election. Voting. Democracy.

INTRODUÇÃO

O Estado Democrático de Direito está relacionado no pilar de sustentação da soberania popular, ligada a cada membro da sociedade, que tem o direito fundamental de escolher seus representantes, por meio do sufrágio universal, e o exercício do voto, direto, secreto, universal e periódico. Este estudo aborda a representação social do cidadão ante o direito do voto, como exercício da cidadania e da democracia. O questionamento-base foi a respeito desse pensamento representacional dos eleitores, escolhidos aleatoriamente, no sentido de descobrir como eles pensam, quando se deparam com o momento de escolher seus representantes governamentais, tanto na esfera do Poder Legislativo quanto do Poder Executivo.

Apesar de ser um tema bastante estudado, este artigo foi promissor, pois trouxe de outra vertente de estudo em relação ao voto, à cidadania e à democracia, qual seja, o sistema de representação social dos entrevistados em relação aos questionamentos apresentados. As revelações, pelas análises dos dados, foram verificadas e interpretadas, o que levou à resposta ao questionamento geral apresentado.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, em que se estudou sobre os conceitos básicos sobre cidadania, soberania e democracia, na primeira parte do artigo. Na segunda parte, foram interpretados os dados levantados mediante três perguntas, sendo duas na modalidade de evocação e a terceira discursiva. A primeira pergunta de evocação foi: “Quando você escuta a palavra “Cidadania”, quais são as cinco primeiras palavras que lhe vêm à mente”. A segunda questão nos mesmos moldes foi “Quando você escuta as palavras “Eleição e Democracia”, quais são as cinco primeiras palavras que lhe vêm à mente”. E, por fim, a questão

discursiva que perguntava ao cidadão o seguinte: “Para você, o que é exercer o direito de voto no Brasil?”.

Com os dados tratados no sistema Iramuteq, a conclusão sobre a possível representação social se pautou em que o voto como exercício da cidadania e da democracia é um direito fundamental, que deve ser exercido com respeito, durante o processo eleitoral. Esse ato de democracia é a busca pela melhor escolha dos representantes do povo nas esferas de Poder, e deve ser realizado de forma justa e igualitária, evitando-se o caos e a desordem institucional.

I. DA SOBERANIA POPULAR

O povo é soberano, ou seja, tem autoridade nos Estados democráticos, e nas sociedades políticas de compor e delinear as engrenagens do Estado de Direito. Esse conjunto de indivíduos, chamado “povo”, é que pode atribuir determinados direitos e prerrogativas, até mesmo atribuições políticas, como eleitores nas democracias participativas.

Jean Bodin, no livro intitulado “Os seis livros da República”, sustentou que o rei não estava sujeito à partilha de poder com mais ninguém, fossem o clero, a nobreza ou o povo. Já Jean-Jacques Rousseau faz uma transferência desse poder do governante para as pessoas que compõem o corpo político dirigente ou a sociedade de cidadãos. Para esse filósofo, a soberania é inalienável e indivisível, devendo ser exercida pela vontade geral.

Rousseau não foi o idealizador da soberania popular, apesar de muito defender, no contexto da Revolução Francesa, a democracia e a participação popular. Segundo Dunn (2019), a democracia, aclamada por Robespierre, era sinônimo de República, ou seja, em um termo mais específico, o que se opunha à aristocracia. Rousseau defende que, para ser legítimo, deve ser regido por leis e ser confiado à sociedade, ao povo.

A partir do século XIV é que um conceito jurídico desse termo foi elaborado. Não é uma autoridade particular, mas para o Estado, enquanto pessoa jurídica, ela orienta as relações entre Estados e concede de forma enfática a legitimação do poder político.

Já a popular, para Habermas (2014), é a formação da vontade e da opinião políticas na esfera de uma República, e o parlamento obedece. É o paradigma da política, como um exercício de automação cívico, que culmina como diálogo. Pode gerar um conflito de opiniões que acontece nas esferas políticas, mas com a participação popular, onde assim surge o processo democrático.

A Constituição da República do Brasil, registrada no *caput* do artigo 14, indica uma dupla característica: a Soberania do Estado e a Popular. A primeira é uma forma de emancipação de naturezas definidas no sistema político e a segunda a vontade do povo, formalizada por meio do voto, do sufrágio universal, do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular (CF, 1988).

É perceptível que a democracia representativa necessita de uma revisão de conceito. Retrata o fim de uma política em que o povo apenas se manifestava com “Sim” ou “Não”, e abre uma arena de opiniões a serem contestadas e revisadas. É a ampliação do

significado da voz do povo e sua manifestação de forma ativa, até mesmo no que tange ao conteúdo das leis (Urbinati, 2006).

Para Lee (2016), há uma teoria constitutiva que tem a pretensão de elucidar a doutrina da soberania popular. Retrata uma unificação do agente coletivo, sendo o Estado esse ator, em que a vontade emana do povo, ou seja, se existe Estado, necessariamente existe povo.

A Carta Magna, promulgada em 5 de outubro de 1988, normatiza a obrigatoriedade do voto no Brasil, como uma das formas de exercício da Soberania Popular. Essa regulamentação ocorreu em um momento de transformação institucional para se conferir credibilidade ao pleito eleitoral. O motivo de se colocar essa obrigatoriedade se resume na necessidade de, pelo temor, buscar uma participação mais ativa do povo (Brasil, 1988).

1.1 Da democracia e cidadania

Quando se estuda sobre a organização do Estado brasileiro, um dos fundamentos que precisa de atenção é a democracia. O artigo 1º, *caput* do texto constitucional, normatiza que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado democrático de direito, sendo um de seus fundamentos a cidadania, norma do artigo 1º, II, da Constituição Federal.

Abraham Lincoln, quando normatizou a democracia, disse que ela significa que é o governo do povo, pelo povo e para o povo. José Afonso da Silva (2018) explica que esse conceito é histórico, e não é, por si, um valor final, mas um meio de realização de valores essenciais para a convivência humana, e traduzem, em si, os direitos fundamentais.

A tarefa fundamental do Estado democrático de direito é superar as desigualdades sociais e regionais, objetivo precípua do artigo 3º da Constituição Federal, para que, assim, se realize a justiça social. Dirley ensina que um Estado pautado na democracia se assenta em um pilar de soberania popular, em que a noção do governo tem de ser do povo e sempre para o interesse social.

O autor ainda reflete que a base da democracia está interligada ao poder que cada membro da sociedade tem quando está encarregado de escolher seus representantes nas urnas, por meio do sufrágio, sendo o direito de votar e ser votado. O exercício desse poder é realizado pelo voto, que possui como características no Brasil ser direto, secreto e igualitário, com valor igual para todos.

Marilena Chauí (1984) reflete sobre o princípio da democracia, dizendo que ele significa a conquista e a consolidação social e política de um Estado. Para haver cidadania é necessário, na concepção da autora, instituições, mediações e comportamentos próprios, para que assim, se possa construir espaços sociais de lutas. Assim, se pode distinguir a cidadania passiva, aquela outorgada pelo Estado, e a ativa, na qual o cidadão é portador de direitos e deveres, mas também capaz de criar direitos.

A autora ainda complementa dizendo que essa cidadania ativa é a possibilidade de ampliação dos direitos políticos de forma direta da sociedade, quando relacionada com os processos de decisões de interesse público. Ainda na seara do conceito, Marshall, citado por Reis (1997), influenciou, por dezenas de anos, essa discussão.

Para adquirir a cidadania, ainda conforme o pensamento de Marshall, é necessária a existência de um Estado de Bem-Estar Social e que ainda seja Liberal-Democrático. Isso significa dizer que os direitos voltados para o cidadão devem ser alcançados pelo próprio Estado. Rousseau e Kelsen, em estudo pormenorizado, afirmam que a vontade do povo é uma democracia, pois enquanto ser social, ele pode ter uma vontade particular contrária ao que pensa o conjunto, a sociedade, na totalidade.

2. DA DISCUSSÃO DE RESULTADOS: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO VOTO E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Neste tópico, serão demonstrados os resultados da pesquisa empreendida entre alunos e professores universitários a respeito do voto e o exercício da cidadania, nas últimas eleições presidenciais, ano de 2022. Tendo como objetivo principal demonstrar a possível representação social dos sujeitos, mediante questionários com perguntas evocativas, segue-se a análise abaixo, não sem antes explicar o que seja essa teoria da Psicologia.

2.1 Da Representação Social

Um dos objetivos principais da representação social é encontrar uma explicação, mediante pensamentos e ideias, no intuito de evocar um acontecimento, uma pessoa ou até mesmo um objeto. Elas surgem no meio social e resultam das interações coletivas, sendo comuns em um grupo delimitado pelo tempo e espaço. Em resumo, são as trocas simbólicas desenvolvidas na sociedade, a respeito de determinado assunto, em que se permite a compreensão, manipulação e interiorização do novo, em um processo de união de valores, ideais e teorias (Moscovici, 1978).

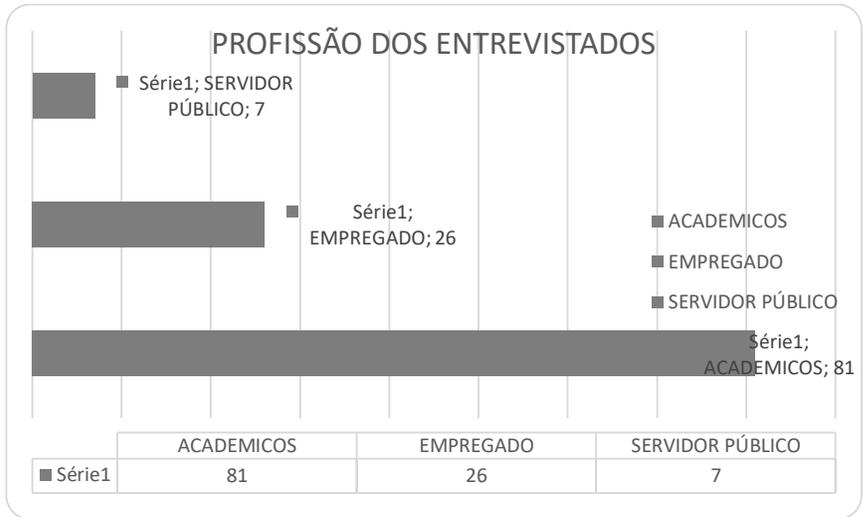
Após breve análise do conceito dado, passa-se à discussão dos resultados coletados conforme dados sociodemográficos no próximo tópico apresentados.

2.2 Dados Sociodemográficos

Foram respondidos 114 questionários, sem identificação nominal dos sujeitos. Abaixo serão apresentados apenas alguns dados sociodemográficos, como a profissão, média de idade e sexo dos participantes.

Em relação ao primeiro, profissão, a maioria dos sujeitos é de acadêmicos, tendo, conforme o gráfico abaixo, atingido mais da metade dos participantes, com 86 estudantes. Os empregados com carteira assinada chegaram ao patamar de 26 e, por fim, servidores públicos, apenas 7 responderam às perguntas apresentadas.

Gráfico I: Da profissão exercida



Fonte: Sistema Iramuteq, 2024.

2.3 Resultados

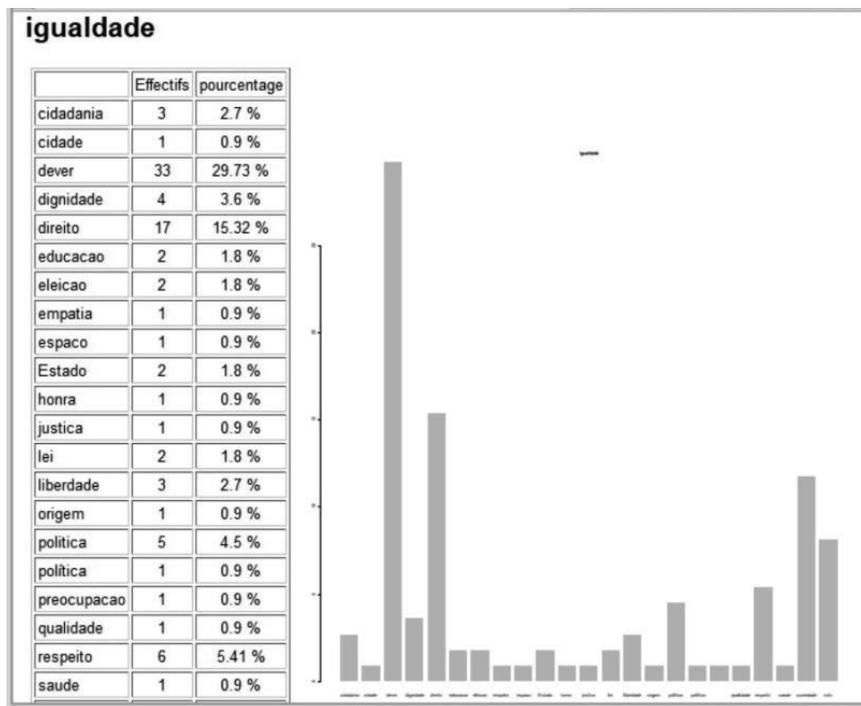
A análise dos resultados, sobre a representação social dos sujeitos, sobre a expressão “Cidadania”, teve como principais palavras evocadas as seguintes: igualdade, respeito, voto e direito, as quais passam a fazer a análise representacional a seguir.

A Figura 1 revela que a primeira palavra mais evocada é igualdade. Isso mostra que a possível representação social extraída da palavra “Cidadania” é o direito de ter igualdade no processo eleitoral. No quadro abaixo, verifica-se que ela está in-

terligada com outras palavras, como dever, pois a partir dos dezoito até os setenta anos, o voto e o exercício da cidadania se tornam obrigatórios, sendo, portanto, um dever do cidadão.

Interliga-se também com a palavra direito, que reflete o fato de estar normatizado na Constituição e nas leis eleitorais do país esse dever. Nesse mesmo contexto de igualdade, se junta a palavra respeito, que mostra que todos devem exercer o direito de voto, em igualdade de condições, sem que haja nenhum tipo de discriminação.

Figura 1: Igualdade



Fonte: Sistema Iramuteq, 2024.

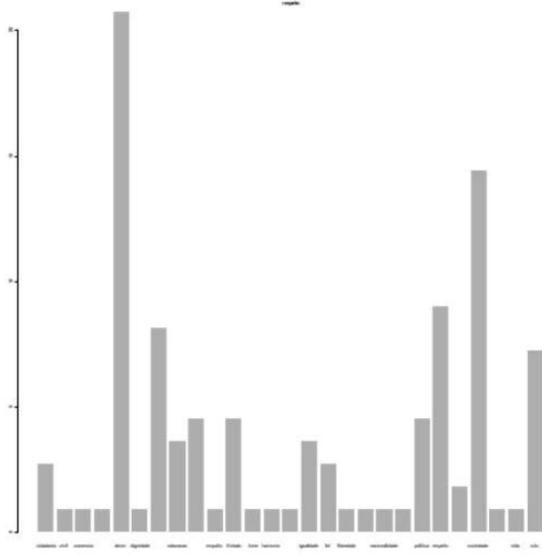
A segunda palavra mais evocada, conforme mostra a Figura 2, é “Respeito”, que da mesma forma que a palavra igualdade, também está interligada com as palavras dever e direito, mas com um diferencial. A amostragem gráfica mostra a expressão “Sociedade”, que pode demonstrar que ser cidadão é ter o engajamento social no direito de escolha de seus representantes.

A democracia participativa leva o povo de um país às urnas para que eles, com respeito ao direito de voto, votem no candidato que para eles os representem e possa trabalhar em prol do interesse público.

Figura 2: Respeito

respeito

	Effectifs	pourcentage
cidadania	3	2.7 %
civil	1	0.9 %
coerencia	1	0.9 %
defesa	1	0.9 %
dever	23	20.72 %
dignidade	1	0.9 %
direito	9	8.11 %
educacao	4	3.6 %
eleicao	5	4.5 %
empatia	1	0.9 %
Estado	5	4.5 %
fome	1	0.9 %
harmonia	1	0.9 %
humildade	1	0.9 %
igualdade	4	3.6 %
lei	3	2.7 %
liberdade	1	0.9 %
mudanca	1	0.9 %
nacionalidade	1	0.9 %
participacao	1	0.9 %
politica	5	4.5 %
respeito	10	9.01 %
seguranca	2	1.8 %
sociedade	16	14.41 %
sonoridade	1	0.9 %
vida	1	0.9 %



Fonte: Sistema Iramuteq, 2024.

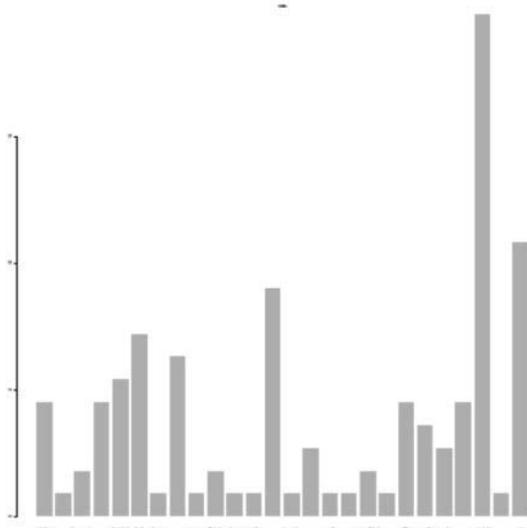
A terceira palavra, que também possivelmente faz parte do sistema representacional dos sujeitos da pesquisa, é o “Voto”. Ele, como exercício da cidadania, está relacionado com a igualdade de direito, pois todos, desde que atendidos os requisitos constitucionais, têm a garantia de poder votar e ser votado. Está relacionado

à eleição, conforme a Figura 3 abaixo, que é o momento em que a sociedade, palavra também destacada, exerce a sua cidadania.

Figura 3: Voto

voto

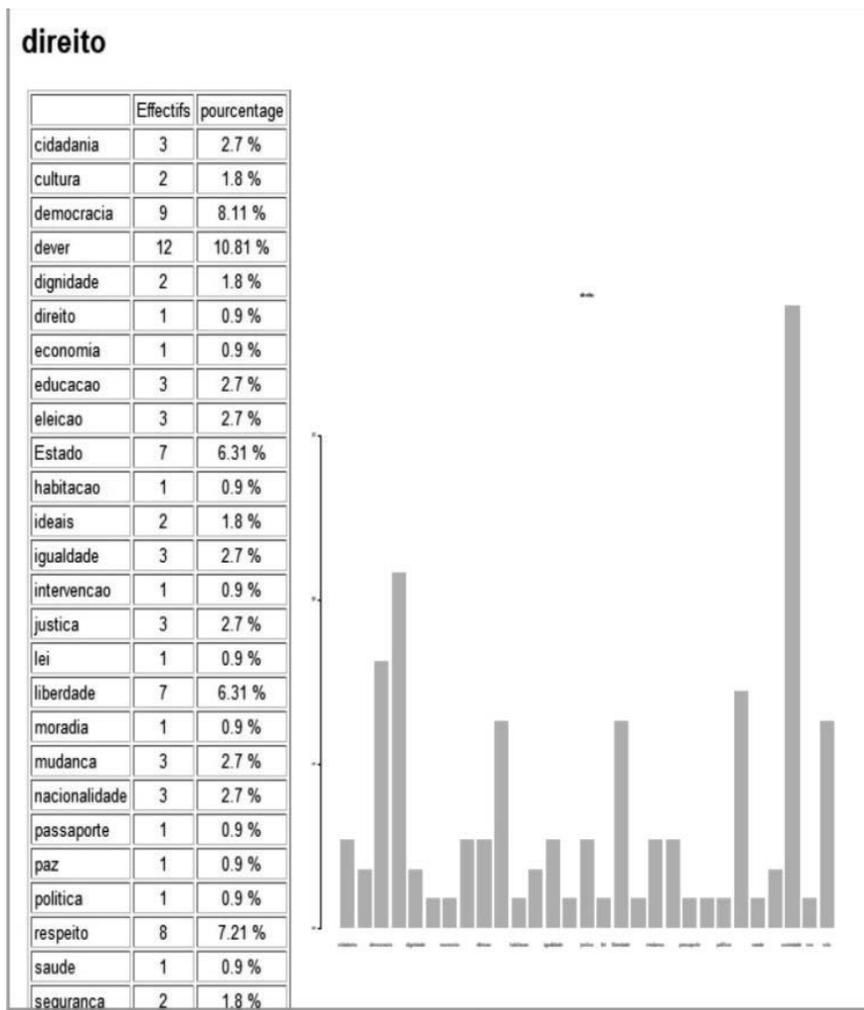
	Effectifs	pourcentage
cidadania	5	4.5 %
conquista	1	0.9 %
democracia	2	1.8 %
dever	5	4.5 %
dignidade	6	5.41 %
direito	8	7.21 %
educacao	1	0.9 %
eleicao	7	6.31 %
emprego	1	0.9 %
Estado	2	1.8 %
fome	1	0.9 %
garantia	1	0.9 %
igualdade	10	9.01 %
imposto	1	0.9 %
liberdade	3	2.7 %
moradia	1	0.9 %
mudanca	1	0.9 %
nacionalidade	2	1.8 %
perseveranca	1	0.9 %
politica	5	4.5 %
respeito	4	3.6 %
saude	3	2.7 %
seguranca	5	4.5 %
sociedade	22	19.82 %
solidariedade	1	0.9 %
voto	12	10.81 %



Fonte: Sistema Iramuteq, 2024.

Por fim, a quarta palavra mais evocada, quando se perguntou aos sujeitos sobre a palavra Cidadania, foi direito. Esse vernáculo aparece em sintonia com todas as outras três, acima expostas, pois o direito de voto está devidamente normatizado na Constituição Federal de 1988. É um dever social, em que a sociedade, de forma periódica, pode escolher seus representantes. O destaque na Figura 4, não percebida nas outras, é a expressão democracia, o que demonstra que o exercício do voto, com igualdade e respeito, pela sociedade, são os parâmetros para um Estado democrático de direito.

Figura 4: Direito



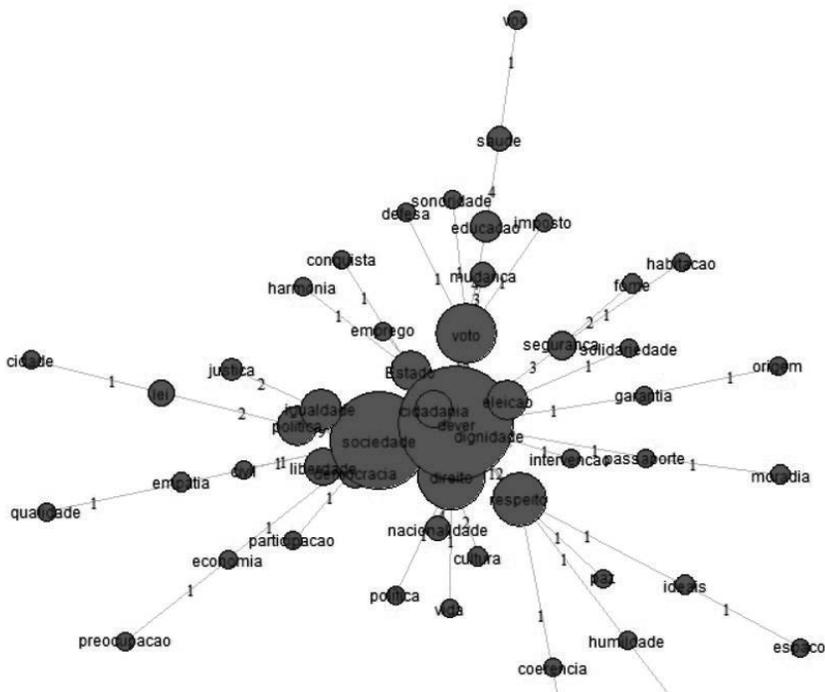
Fonte: Sistema Iramuteq, 2024

2.4 Análise de Similitude

Percebe-se na Figura 5 é que: Os círculos em mais destaque trazem as palavras sociedade, dignidade, eleição, direito, voto e Estado. Isso demonstra que

o povo tem o dever de votar, constitucionalmente normatizado pelo Estado, e o faz mediante um processo eleitoral. À parte dessas principais palavras é separada, onde não há uma interligação, está o vocábulo respeito, o que, durante o exercício do voto e da cidadania, é preciso respeito ao eleitor, pois a escolha dos candidatos é um ato único e individual.

Figura 5: Árvore Máxima



Fonte: Sistema Iramuteq, 2024.

2.5 Da análise de frequência – segunda pergunta de evocação

A próxima análise refere-se à segunda pergunta de evocação, respondida por 109 sujeitos, qual seja: Quando você escuta a expressão “Eleição e Democracia”, quais são as cinco primeiras palavras que lhe vêm à mente?

A Figura 6 mostra que, em relação a essa pergunta, a primeira palavra mais evocada é “Voto”.

Figura 6: Primeira palavra "Voto"

voto

	Effectifs	pourcentage
antes	1	0.92 %
bagunça	4	3.67 %
Bolsonaro	3	2.75 %
Brasil	1	0.92 %
busca	1	0.92 %
candidatos	2	1.83 %
cidadania	1	0.92 %
concorrença	1	0.92 %
confirmação	1	0.92 %
consciente	3	2.75 %
corrupção	6	5.5 %
de	1	0.92 %
debate	3	2.75 %
democracia	3	2.75 %
desconfiança	3	2.75 %
dever	2	1.83 %
dinheiro	1	0.92 %
direito	1	0.92 %
duvida	1	0.92 %
eleição	5	4.59 %
escolha	1	0.92 %
esperança	1	0.92 %
expressão	1	0.92 %
fake news	4	3.67 %
fome	1	0.92 %
fraude	2	1.83 %
garantia	1	0.92 %
governador	1	0.92 %
hipocrisia	1	0.92 %
honestidade	1	0.92 %
igualdade	2	1.83 %
insegurança	1	0.92 %
justiça	2	1.83 %

liberdade	2	1.83 %
Lula	4	3.67 %
maioria	1	0.92 %
mudanca	3	2.75 %
novo	1	0.92 %
obrigatorio	2	1.83 %
oportunidade	1	0.92 %
pais	1	0.92 %
participacao	1	0.92 %
perigo	1	0.92 %
pluralidade	1	0.92 %
poder	1	0.92 %
polarizacao	1	0.92 %
politica	3	2.75 %
populacao	1	0.92 %
progresso	2	1.83 %
propaganda	2	1.83 %
representatividade	1	0.92 %
responsabilidade	2	1.83 %
roubo	1	0.92 %
sabedoria	1	0.92 %

Fonte: Sistema Iramuteq, 2024.

A palavra mais evocada está interligada com outras em questão, como corrupção, repetida seis vezes, o que pode significar que os eleitores acreditam que a política é moldada por candidatos corruptos. Isso leva à ligação da palavra voto, também como vernáculo consciente, evocada três vezes, o que delimita a necessidade de o eleitor ter consciência no momento de votar e escolher com responsabilidade, para que assim se alcance a mudança esperada.

A Figura 7 já revela a segunda palavra mais evocada, “Segurança”, a qual reflete, por meio das palavras a ela interligadas, que o cidadão pensa que o sistema político está uma bagunça, vernáculo evocado quatro vezes. Além disso, a corrupção, tal como ligada ao voto, também se liga a essa segunda expressão, o que demonstra que, para o cidadão, além de uma busca pela segurança política, essa só virá a acontecer quando não houver mais políticos corruptos que mancham o país.

Figura 7: Segurança

seguranca

	Effectifs	pourcentage
anti	1	0.92 %
bagunca	4	3.67 %
bolsonaro	2	1.83 %
bom	1	0.92 %
candidatos	2	1.83 %
cidadania	5	4.59 %
cidadao	1	0.92 %
comida	1	0.92 %
compromisso	1	0.92 %
comunismo	1	0.92 %
confianca	1	0.92 %
consciencia	2	1.83 %
corrupcao	5	4.59 %
democracia	4	3.67 %
deputados	2	1.83 %
desenvolvimento	2	1.83 %
direita	1	0.92 %
direito	1	0.92 %
discordia	1	0.92 %
duvida	1	0.92 %
eleicao	6	5.5 %
escolha	2	1.83 %
esperanca	2	1.83 %
esquerda	2	1.83 %
facista	1	0.92 %

Fonte: Sistema Iramuteq, 2024.

A palavra eleição também está conectada com segurança, pois o processo eleitoral deve ser cercado por ela, tanto no aspecto do eleitor quanto no que diz respeito aos candidatos. Somente assim é possível exercer a democracia com consciência e se fazer a escolha e ter esperança de que as mudanças irão acontecer.

A Figura 8 já retrata a terceira palavra mais evocada, sendo ela “Disputa”. A partir da sequência de palavras abaixo, percebe-se que a essa principal se liga o vocábulo “bagunça”, o que reflete que, para as pessoas entrevistadas, sujeitos da pesquisa, o processo eleitoral, hoje, simboliza uma desordem, um caos.

Mesmo a eleição sendo um direito resguardado pela legislação maior do Brasil, não há mais consciência por parte de políticos que só pensam em si próprios e na corrupção a ser perpetuada durante o mandato eleitoral. Apesar disso, percebe-se que existe a palavra “esperança”, a qual mostra que há uma parte da população que participou da pesquisa, que ainda acredita que possa haver mudanças na realidade política brasileira.

Figura 8: Disputa

disputa

	Effectifs	pourcentage
alianças	1	0.92 %
autonomia	1	0.92 %
bagunça	6	5.5 %
centro	1	0.92 %
comprometimento	1	0.92 %
comunismo	2	1.83 %
consciência	2	1.83 %
corrupção	3	2.75 %
debate	1	0.92 %
decepção	1	0.92 %
decisão	1	0.92 %
democracia	3	2.75 %
desconfiança	1	0.92 %
dignidade	2	1.83 %
dinheiro	1	0.92 %
direito	5	4.59 %
discussão	1	0.92 %
dualidade	1	0.92 %
eleição	5	4.59 %
escolha	1	0.92 %
esperança	5	4.59 %
esquerda	1	0.92 %
exercício	1	0.92 %
fake news	1	0.92 %
falsa	1	0.92 %
fome	1	0.92 %

Fonte: Sistema Iramuteq, 2024.

A Figura 9 vem mostrar a última palavra de referência, qual seja, “Eleição”.

Figura 9: Eleição

eleicao

	Effectifs	pourcentage
absurdo	1	0.92 %
ano	2	1.83 %
atitude	1	0.92 %
bagunça	7	6.42 %
capitalismo	1	0.92 %
cidadania	4	3.67 %

corrupção	3	2.75 %
credibilidade	1	0.92 %
decepção	1	0.92 %
decisão	1	0.92 %
democracia	1	0.92 %
deputado	1	0.92 %
desconfiança	1	0.92 %

dignidade	2	1.83 %
direito	2	1.83 %
ditadura	1	0.92 %
divisao	1	0.92 %
economia	2	1.83 %
eleicao	5	4.59 %
emprego	1	0.92 %
esperanca	4	3.67 %
existe	1	0.92 %
fake news	2	1.83 %
fraude	2	1.83 %
ganhar	1	0.92 %
governo	4	3.67 %
guerra	1	0.92 %
honestidade	2	1.83 %
incoerencia	1	0.92 %
judiciario	1	0.92 %
legalidade	2	1.83 %
liberdade	4	3.67 %
Lula	1	0.92 %

medo	1	0.92 %
moralidade	1	0.92 %
Moro	1	0.92 %
mudanca	7	6.42 %
obrigacao	1	0.92 %
participacao	1	0.92 %
paz	1	0.92 %
politica	1	0.92 %
politico	3	2.75 %
presidente	4	3.67 %
propaganda	1	0.92 %
qualidade	2	1.83 %
representatividade	2	1.83 %
respeito	4	3.67 %
resultado	1	0.92 %
sabedoria	2	1.83 %
senador	1	0.92 %
sociedade	4	3.67 %
tragica	1	0.92 %
verdade	1	0.92 %
voto	4	3.67 %

Fonte: Sistema Iramuteq, 2024.

A quarta palavra mais evocada, “Eleição”, está relacionada ao processo eleitoral em si, que tem início com as prévias para a escolha dos candidatos dos partidos participantes e vai até a divulgação do resultado, pelo Tribunal Superior Eleitoral. Na Figura 9 acima, está interligada com outros vernáculos, como “bagunça”, o que reflete a insatisfação do eleitor com o período de eleição, por se tratar, para eles, de uma desordem.

Ao mesmo tempo que o cidadão percebe o exercício da cidadania como uma bagunça, ele vê a eleição também como uma esperança, pois é o momento em que a sociedade, por meio do voto, e com respeito, pode eleger o seu representante para o cargo mais alto de Poder, sendo o chefe do Executivo. Apesar de representar possível corrupção por parte dos candidatos, o povo acredita em mudança, pois são eles os cidadãos que vão às urnas exercer o seu direito fundamental de liberdade de escolha, nos termos da legalidade constitucional.

2.5 Análise textual

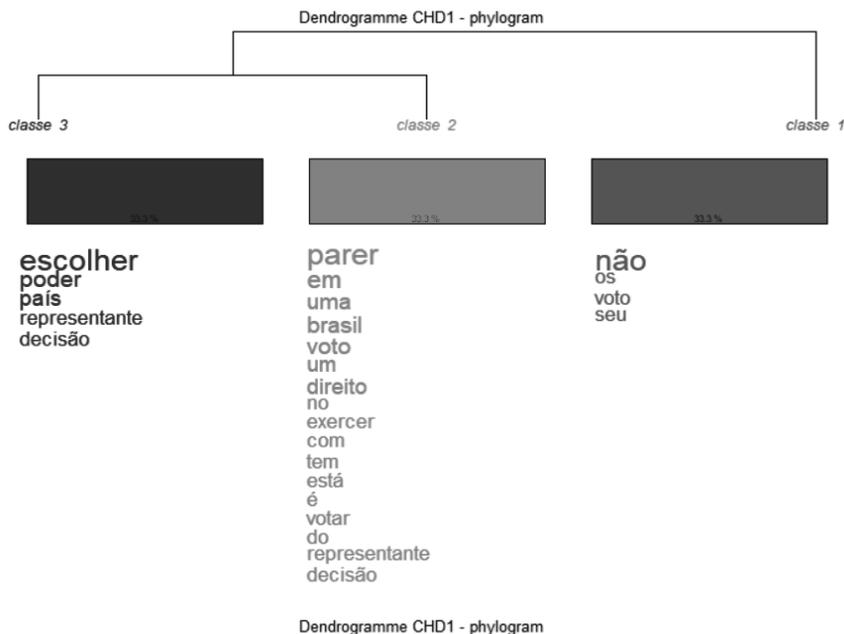
A próxima análise representacional foi realizada mediante questão subjetiva, sendo ela: “Responda em pelo menos cinco linhas, para você, o que é exercer o direito de voto no Brasil”. As 109 respostas geraram 10 linhas de comando, tendo sido os textos agrupados para realização da análise, por parte do programa Iramuteq.

Na Figura 10 abaixo, chamada de dendrograma, há uma divisão de classes, que podem, ou não, estar interligadas. O programa, com as respostas dadas pelos sujeitos, gerou três classes de palavras, estando a primeira interligada à segunda e esta com a terceira. Os vocábulos em destaque na classe um, em vermelho, são “voto” e “seu”, o que demonstra que esse exercício é da própria pessoa, é um ato personalíssimo, que não pode ser transferido para outrem, nem por procuração.

A classe 2, interligada com a um e a três, repete o vernáculo voto, mas agora no sentido de direito, pois é uma norma constitucional, presente na Constituição Federal de 1988. Além disso, demonstra que é por meio dele que o cidadão pode exercer o seu direito de escolha e votar em seus representantes, como os do Poder Executivo, que será quem tomará as decisões administrativas para o país e o povo.

A classe três é apenas uma complementação da classe 2, pois vem reforçar o direito de escolha, por parte dos cidadãos, sendo, na verdade, a realidade do poder soberano do povo. Reforça que a decisão de eleger o candidato que represente o país parte do cidadão, quando exerce o seu poder de decisão nas urnas, nas eleições brasileiras.

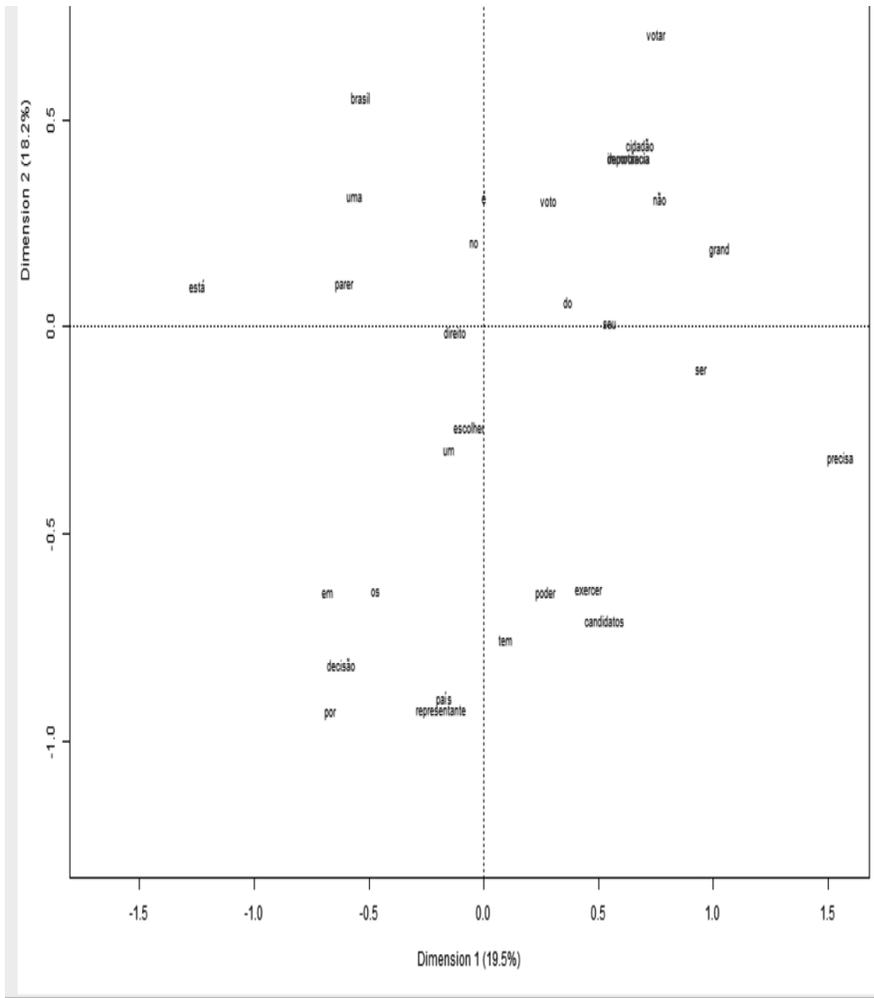
Figura 10: Dendrograma com três classes de palavras



Fonte: Sistema Iramuteq, 2024.

A Figura 11, chamada de análise prototípica, apenas separa as palavras acima, já especificadas, em quadrantes. No quadrante superior à esquerda, destaca-se a palavra Brasil, já no direito, “Eleição” e “Representante”, o que especifica que no país é preciso um sistema eleitoral, para a escolha dos representantes do povo a serem aprovados para os Poderes Legislativo e Executivo.

Figura 11: Análise prototípica – quadrantes



Fonte: Sistema Iramuteq, 2024.

Nos outros dois quadrantes inferiores, mostra o vernáculo “decisão”, ou seja, é um processo do povo, por meio do qual eles buscam encontrar o melhor candidato que o vão representar durante um período de quatro anos, ou de oito, quando se tratar de senadores da República. Somente existindo esse caminho eleitoral é que o cidadão pode exercer a democracia como direito e exercício.

3. CONCLUSÃO

O estudo sobre a Representação Social do voto como exercício da cidadania e da democracia fez um estudo sobre o pensamento do cidadão e o que pensa a respeito dessa vertente social, que é o direito de votar e ser votado. O problema de pesquisa foi respondido por meio da análise de dados e chegou-se a uma conclusão pautada na realidade, qual seja, a de que o voto é sim um exercício fundamental da cidadania e da democracia, mas desde que seja exercido com respeito, igualdade, segurança e que haja um processo eleitoral pautado na lei.

O objetivo de estudar sobre o pensamento comum e social dos eleitores no Brasil foi cumprido com êxito. As entrevistas foram realizadas e buscaram-se, com as perguntas realizadas, as respostas necessárias para se chegar a uma possível realidade representacional sobre assunto tão sério e fundamental para a democracia de qualquer Estado democrático de direito.

Após o estudo realizado, com mais de 100 respostas tratadas pelo Sistema Iramuteq e analisadas mediante gráficos, chegou-se a uma possível representatividade social, em que o cidadão conclama que a cidadania e a democracia estão devidamente interligadas ao exercício do voto, que é um direito fundamental constitucionalmente normatizado.

Exercer a cidadania com dignidade, para o alcance da democracia, é um valor assegurado ao eleitor e que se encontra no campo específico de direitos e obrigações, mas para que estes existam é preciso segurança, igualdade e respeito na escolha dos representantes. A decisão é uma escolha livre e, para isso, é preciso ter segurança na condução do processo eleitoral, para que o processo seja justo, igualitário e pautado na dignidade do eleitor.

REFERÊNCIAS

BARROSO, L. R. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**/Luís Roberto Barroso. - 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 12 de abril de 2024.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo, Editora Moderna, 1984

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 36°. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

MARSHALL, T H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. Essa perspectiva é desenvolvida pelo autor, no cap. III, Cidadania e Classe Social, p. 57- 114

JÚNIOR, D. da C. **Curso de Direito Constitucional**. 2. Ed. Salvador: Juspodivim, 2008.

REALE, M. **O Estado Democrático de Direito e os Conflitos de Ideologias**. 2º ed., São Paulo: Saraivas, 1999.

HABERMAS, J. 2014. **Prefácio de 1990**. In: HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa São Paulo: Unesp.

HABERMAS, J. 2014: **DERECHOS HUMANOS Y SOBERANÍA POPULAR: LAS CONCEPCIONES LIBERAL Y REPUBLICANA** * Jurgen Habermas

DUNN, J. 2019. **Setting the People Free: The Story of Democracy** Princeton; Oxford: Princeton University Press.

Recebido em: 30/06/2024

Aprovado em: 09/10/2024